

Rojava: uma revolução contra o estado

Dilar Dirik; David Levi Strauss; Michael Taussig; Peter Lambor Wilson (eds.). *To Dare Imagining: Rojava Revolution*. Nova York: Autonomedia, 2016, 154 p.

Eliane K. Carvalho

Pesquisadora no Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária) e doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Contato: lili.knorr@gmail.com.

No ano de 2015 a cidade de Kobane, na região autônoma de Rojava — localizada no que se definiu como Estado Sírio — atraiu a atenção do ocidente ao retomar do Estado Islâmico (EI) o espaço capturado em um cerco realizado em 2014. De um lado, o contra-ataque realizado por combatentes do YPG/YPJ (Yekîneyên Parastina Gel/Jin, ou Unidades de Defesa Popular/ das Mulheres, em português) respondia à “guerra ao terror” e ao combate a seu mais recente produto, o Estado Islâmico. De outro lado, este mesmo contra-ataque expressou uma luta que não seguia protocolos estatais, e indicava a recusa à própria forma-Estado.

Este segundo ponto chamou a atenção de anarquistas por todo o planeta, também porque entre

os grupos combatentes figuravam aqueles diretamente associados com suas práticas, como o DAF (Devrimci Anarsist Faaliyet, ou Ação Revolucionária Anarquista, em português). A resistência configurada no antigo território do Curdistão remete a diversos momentos na história, e tem como um dos principais pontos de partida o acordo realizado entre potências internacionais após a Primeira Guerra Mundial, quando este mesmo território foi dividido entre quatro países diferentes: Irã, Síria, Iraque e Turquia. Desde então, não cessaram as tentativas de reestabelecer o antigo espaço que possuía sua cultura própria. Como resposta a estas tentativas, o governo de cada um dos quatro Estados respondeu com medidas de sujeição, coerção e despotismo.

No Iraque, entre as décadas de 1970 e 1980, Saddam Hussein estabeleceu uma política de eliminação da cultura curda a fim de estancar suas tentativas de independência. Na última década, o governo de Bashar al-Assad, na Síria, declarou o estado de emergência no país, impondo medidas que atingiam diretamente o povo curdo, e que resultou na explosão de uma guerra civil. Na Turquia, nos últimos anos, o presidente Recep Tayyip Erdogan tem coordenado um duplo jogo entre as demandas de convenções internacionais de apoio ao povo sírio, relacionado ainda à questão dos refugiados e intervenções que objetivam a exterminação curda.

Entre os grupos à frente desta luta contra a subjugação do povo e da cultura curda, destacou-se, desde a década de 1970, o PKK (Partiya Karkerên Kurdistan, ou Partido dos Trabalhadores do Curdistão, em português), grupo de formação marxista e cujo líder e fundador, Abdullah Öcalan, encontra-se detido em uma prisão turca desde o final da década de 1990. Öcalan escapou à pena de morte, substituída pela prisão perpétua, em função da intenção da Turquia em se ajustar aos requisitos exigidos para a assimilação à União Europeia. O PKK está incluído na

lista de grupos terroristas elaborada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), EUA e União Europeia, entre outros. A identificação do PKK como grupo terrorista traz, de um lado, um problema aos Estados europeus e EUA quanto à questão dos direitos humanos em relação à situação dos refugiados, assim como o apoio à resistência ao EI. De outro lado, esta mesma identificação permite a justificação de medidas opressivas por parte dos governos da Turquia, Síria, Iraque e Irã.

Caracterizada, inicialmente, como uma resistência marxista-leninista e nacionalista, David Levi Strauss observa que a metamorfose desta revolução passou ao largo da atenção ocidental. Os textos produzidos por Abdullah Öcalan, durante todos estes anos no interior da prisão turca, só começaram a ser traduzidos para o inglês em 2011. O acesso a autores como Michel Foucault, Pierre Clastres e Murray Bookchin, entre outros, fez com que Öcalan abandonasse a guerrilha marxista e se voltasse para um confederalismo democrático de contornos libertários.

Em 2014, o antropólogo anarquista David Graeber publicou um artigo no jornal britânico *The Guardian*

chamando a atenção para o caráter libertário da revolução na região de Rojava, no qual traçava um paralelo com a revolução espanhola, na década de 1930, de caráter especialmente anarquista.

Esse artigo, assim como outros 14 textos, entre entrevistas e artigos analíticos, teóricos ou reportagens, compõe o livro lançado no início de 2016 pela editora anarquista Autonomedia, intitulado *To dare imagining: Rojava Revolution*. Os editores ressaltam que o livro foi compilado às pressas, não por uma questão de descuido ou desleixo, mas pelo sentido de uma urgência em tornar público uma revolução que acontece neste instante e que — com exceção do levante Zapatista no México — é o único levante armado, em muito tempo, de caráter antiautoritário e antiestatal.

O livro abre com uma citação de Diane di Prima, poetisa *beat* e anarquista: “A guerra que importa é aquela contra a imaginação — todas as outras são derivadas daí”.

A Autonomedia é uma editora independente que se propõe a publicar livros radicais de arte, política e jornalísticos. A editora surgiu na década de 1980, ligada à Semiotext(e) (hoje distribuída pela

MIT Press), cuja proposta editorial era introduzir autores pós-estruturalistas ao público estadunidense. Depois de desassociar-se da primeira, a Autonomedia manteve um caráter editorial mais explicitamente voltado para o anarquismo e teorias radicais.

O livro foi organizado por Dilar Dirik, ativista no movimento de mulheres curdas e doutoranda na Universidade de Cambridge; David Levi Strauss, poeta, ensaísta e educador nos Estados Unidos; Michael Taussig, professor de Antropologia na Universidade de Columbia, EUA; e Peter Lambor Wilson, anarquista estadunidense, também conhecido pelo pseudônimo de Hakim Bey, e editor da Autonomedia.

No prefácio, os editores expressam a necessidade de trazer para o público estadunidense uma visão mais ampla e contundente sobre os acontecimentos recentes na região de Rojava, em função da incapacidade da grande mídia em expor uma revolução que acontece agora. Neste sentido o livro aborda, em alguns de seus artigos, uma perspectiva libertária estadunidense sobre os acontecimentos em Rojava. Para além deste ponto de vista, há também artigos e entrevistas realizados com pessoas diretamente envolvidas nesta

revolução, como é o caso do próprio Öcalan e também de guerrilheiras no YPJ.

Os primeiros artigos trazem uma contextualização histórica e política da situação em Rojava. Neles, ressalta-se suas ligações com o anarquismo, ainda que Öcalan abdique deste termo pelo de *stateless democracy*, ou seja, democracia sem Estado. Em sequência, vem o artigo de David Graeber, que despertou a atenção estadunidense, seguido por uma entrevista realizada após a visita do antropólogo a Rojava.

Peter Lambor Wilson introduz um tom diferente no livro, voltando-se a uma mitologia de origem, não como uma verdade essencial, mas como a construção de um momento que explicita a emergência de uma dominação civilizatória. Essa mesma abordagem, como sublinha Wilson, está presente nos escritos de Öcalan. Essa perspectiva remete imediatamente o leitor ao texto de Pierre Clastres em *A sociedade contra o Estado*, intitulado “Da tortura nas sociedades primitivas”, no qual situa a lei escrita como a separação que impõe o poder de alguns sobre os outros e, da mesma forma, a mitologia de origem como uma primeira lei escrita justificadora

da subjugação dos povos, começando pela sujeição da mulher.

A relevante presença das mulheres nesta revolução atravessa todos os artigos, mas é especialmente enfatizada em três momentos. No artigo “Öcalan’s Angels”, a fotojornalista Newsha Tvakolian destaca a coragem das combatentes, a força simbólica das lutas dessas mulheres contra os jihadistas fundamentalistas e o importante papel de Öcalan no que ela denominou de empoderamento das mulheres, termo também utilizado por Öcalan, segundo a tradução para o inglês.

Murat Bay, repórter do jornal do movimento dos trabalhadores na Turquia, *Sedinka.org*, apresenta na entrevista “Women fighters of the YPJ”, realizada com combatentes do YPJ (Unidade de Defesa das Mulheres), o caráter transformativo da revolução a todo instante. É a transformação, e não a guerra, o objetivo da revolução, elas afirmam. Neste sentido, apontam que, se o EI (aqui nomeado como Daesh) é um produto do sistema de dominação masculino capitalista, a luta contra esta dominação é apenas um momento neste processo de transformação. Em uma outra entrevista realizada com Evren Kocabiçak, e disponibilizada

originalmente na publicação radical *Isyandan.org* — da qual a mesma é integrante —, destaca-se que uma revolução das mulheres só pode partir delas mesmas. Aponta para o caráter holístico desta revolução, com a transformação dos homens no processo e levantamento de questões como a ecologia que compõe os pilares para a transformação da sociedade, segundo Öcalan.

A conferência realizada por Havin Güneser — engenheira, jornalista, ativista do direito das mulheres e porta-voz da Iniciativa Internacional de Liberdade para Abdullah Öcalan — ocorrida em abril de 2015, em Hamburgo, “Challenging Capitalist Modernity II”, é reproduzida integralmente no livro com o título de “No miracles at work”. Güneer sistematiza a obra de Öcalan e muitos dos princípios assimilados na revolução.

Em entrevista após uma outra conferência em novembro de 2014, na Holanda, Saleh Muslim Mohamed — copresidente do PYD (Partiya Yekîtiya Demokrat, ou Partido de União Democrática em português) — assinala a diferença entre a democracia capitalista, pautada na representatividade pelo voto, e o confederalismo democrático, ou

democracia radical, em que não existe diferença entre o que se faz e o que se representa em uma democracia sem Estado.

O último terço do livro é marcado por um trecho da publicação *Liberating Life: woman’s revolution*, redigida por Abdullah Öcalan. Neste excerto, Öcalan associa a dominação masculina a um sistema que se reproduz e escraviza homens e mulheres. O foco na mulher, no entanto, não tem como objetivo substituir a dominação masculina pela feminina, uma vez que o problema é a dominação unilateral. A liberação da mulher, em seus termos, é a liberação de todos os estratos da sociedade. Öcalan ressalta, ainda, a importância de se constituir um conhecimento acadêmico que leve em conta a totalidade da sociedade.

O artigo seguinte, “New wars and autonomous self-defense in kurdistan”, de Nazan Üstündağ — Professora Assistente de Sociologia na Universidade de Bogazici, em Istambul — apresenta uma abordagem menos teórica e mais analítica. Ao se voltar às formas da guerra na sociedade contemporânea, Üstündağ identifica o que seria a guerra biopolítica e a guerra necropolítica, que teriam como uma de suas

principais características uma certa flexibilidade em termos de alianças temporárias, assim como inimigos cambiáveis. Entretanto, longe de estabelecer estas duas formas separadamente, procura mostrar a sua complementaridade explicitada na atual situação em Rojava.

Paul Z. Simons, anarquista estadunidense, escreveu e publicou, durante os 10 dias que esteve no território de Rojava, os apontamentos sobre o cotidiano da revolução. Em seus sete *Dispatches* compilados para a publicação, Simons introduz o leitor na paisagem e ao acolhimento na Zona Autônoma. Em seguida aos “Dispatches from Rojava”, o artigo de Dilar Dirik que dá o nome ao livro descreve algumas constatações semelhantes às de Simons, em sua própria viagem a Rojava. No entanto, o texto de Dirik apresenta algumas observações que não aparecem nos outros textos, relacionadas às práticas ligadas à educação e à saúde. O processo de educação, mesmo no interior da academia, se afasta da lógica autoritária de detenção do saber científico que se reproduz nas universidades ocidentais. “Ouço histórias de uma mulher de 70 anos que recita contos populares tradicionais na Academia

Mesopotâmica, desafiando a história escrita de poderes hegemônicos e da ciência positivista (...). Recuperar saberes e conhecimento fora da hegemonia das ciências modernas é um foco central da atitude em Rojava frente à educação” (p. 102), o que nos remete às mesmas práticas libertárias levadas adiante por Tolstoi, em sua *escola* Yasanaia Polyana, a partir das narrativas de camponeses.

Michael Taussig encerra a compilação de escritos com sua experiência na região de Rojava, traçando fortes oposições entre os meios e práticas do Estado Islâmico (EI) e dos combatentes do YPG e YPJ. Taussig reconhece nestas duas práticas radicais e incompatíveis o que poderia ser um “momento hegeliano” em que ações simetricamente opostas têm o Oriente Médio como palco na atualidade. Além disso, Taussig apresenta, com mais ênfase do que nos demais artigos, as contradições observadas em uma revolução que está em andamento, e que, enquanto processo de transformação, define-se como seu próprio fim.

Para além da compilação dos textos, o livro também traz algumas imagens, grande parte dos símbolos e combatentes mulheres, e um anexo com a “Carta dos cantões de Rojava”.

Há uma certa repetição que atravessa o livro claramente voltada para fortalecer a coerência dos princípios disseminados no interior desta revolução. A liberação das mulheres é um dos pontos fortes, mas complementar aos outros dois pilares: ecologia e confederalismo. A questão da autonomia e da autodefesa também são correntes. Nazan Üstündağ apresenta uma leitura instigante sobre a autodefesa ao opor esta à noção de segurança, relacionada ao Estado e ao monopólio da violência. Havin Güneser acrescenta ainda, sobre a questão da autodefesa, a importância de seu caráter de base e não profissionalização, especialmente dos combatentes de grupos como YPG e YPJ, ou dos Asayîs — responsáveis pela defesa interna de cada comunidade — ainda que exista um treinamento, mas diferenciado, pois inclui, além do exercício armado, leituras e discussões sobre feminismo, ecologia e confederalismo.

Outro elemento recorrente no livro diz respeito às negociações entre Estados que variam de acordo com as circunstâncias e que devem ser estrategicamente examinados. No jogo internacional, EUA e Rússia se unem no apoio aos combatentes em Rojava, enviando armamentos e

soldados; negociam entre si; apoiam um ou outro Estado ao redor, seja Síria ou Turquia; voltam-se contra estes mesmos Estados. Fazem negócios como em muitos outros momentos. Da mesma forma que os EUA, por meio da CIA, financiara a organização de Osama bin Laden contra o avanço da URSS em território afegão nos anos 1980. Em Rojava, seus combatentes sabem que a “ajuda” de Estados não é desinteressada, e que em algum momento terão que lidar com essas relações se não quiserem sucumbir ao formato estatal e entrar no jogo.

Assim como na relação desses Estados com a revolução, há também uma certa ambiguidade nos princípios desta revolução quanto às chamadas convenções internacionais. Não são poucas as similaridades entre as diretrizes internacionais propostas pela ONU e os pilares estabelecidos pelo próprio Öcalan: feminismo, democracia/confederalismo (relações de poder horizontalizadas) e ecologia. Aceitar que tais princípios sejam idênticos ou mesmo similares, no entanto, pode ser precipitado, uma vez que tais questões sempre figuraram entre os anarquistas muito antes da captura de suas práticas nos ajustes programáticos por Estados e organizações internacionais.

A “Carta dos cantões de Rojava”, no anexo final, poderia servir, quase sem alterações, para qualquer Estado que se considere democrático. Entretanto, as práticas expostas no cotidiano de Rojava mostram que tais diretrizes ocupam apenas o papel que lhes cabe sob a perspectiva já mencionada de Pierre Clastres: a carta, que de certa forma compõe as relações com outros Estados das quais nenhum território pode estar completamente apartado, não tem o mesmo efeito em Rojava que o previsto nas sociedades que se pautam pela lei escrita. A lei, como representação da autoridade, parece atuar aqui da mesma maneira que qualquer cargo de autoridade no interior da revolução: não diz mais, nem é mais importante, que cada um. Mais uma vez, a conexão com a abordagem de Pierre Clastres ao se referir às sociedades ditas primitivas na América do Sul, por ele entendidas como sociedades contra o Estado, parece marcante. O chefe não tem maior importância senão por suas qualidades em um momento específico de combate: a cada operação, os combatentes escolhem o condutor segundo suas habilidades.

No livro, voltado para situar a revolução em Rojava, transparece a perspectiva estadunidense de seus

autores. Ainda que entre libertários, a distinção entre o bem e o mal se mostra especialmente a partir da noção de terrorismo: há um consenso em assumir que o Estado Islâmico (EI) representa o terrorismo que o próprio governo dos Estados Unidos combate tão ferozmente. Assimilasse, enfim, este conceito produzido pelo Estado em que está em jogo a questão do bem e do mal, sob uma perspectiva estatal. Neste sentido, a abordagem de Öcalan e dos combatentes na Revolução de Rojava mostra que este chamado terrorismo do EI não é mais do que um produto do capitalismo e do Estado com seu sistema patriarcal. Terrorista é o Estado, e não um ou outro grupo fundamentalista. Eles, portanto, assemelham-se, seus alvos são respectivamente manter ou reformar o Estado.

O perigo nessa assimilação da noção de terrorismo criada pelos próprios Estados está na possível aceitação das medidas implementadas em nome da “guerra ao terror”, e que frequentemente atingem os próprios anarquistas. A “guerra ao terror” é uma guerra do bem contra o mal, e o bem, neste caso, é o Estado. Os anarquistas, enquanto os mais fervorosos e contundentes

combatentes do Estado, são, no limite, seu alvo preferencial.

Outro elemento que atravessa grande parte dos autores, e não somente os estadunidenses, é um certo encantamento e nostalgia com práticas libertárias que só parecem possíveis em território curdo. Dessa maneira, ressalta-se que a revolução em Rojava consegue unir a teoria e a prática. Se cada revolução ou revolta é única, as resistências e as práticas anarquistas existem agora e aqui, no Oriente Médio e em todo o planeta. Antes de mais nada, curdos, árabes, yazidis, e muitos outros povos envolvidos nesta revolução não buscaram uma transformação no receituário do além-mar, mas a fizeram, e a fazem, ali, a partir do espaço em que vivem.

David Graeber assinalou diversas similaridades entre a revolução de Rojava e a revolução espanhola. Do combate à falange fascista ao combate aos soldados do EI, da insurreição das Mujeres Libres às combatentes do YPJ. Mas, se isso é um sinal de continuidades, cada uma vale pelo que produziu e produz no momento. Traçar um quadro comparativo, para além das circunstâncias é apenas realizar um trabalho acadêmico. Um outro elemento, mais relevante e

que deveria ser adicionado, é que ambas revoluções começaram com os camponeses, assim como muitas outras revoluções que emergiram na primeira metade do século XX. A relação com a terra não pode ser ignorada. É esta relação com o espaço em que se trabalha e produz, em que se vive, que fortalece o combate desses homens e mulheres revolucionários, que muitas vezes não compartilham das mesmas crenças ou ideologias, mas de algo muito mais concreto.

Como Taussig observa, existem muitas contradições nas práticas do dia a dia desta revolução. E muitas críticas são possíveis, especialmente a partir de uma perspectiva ocidental. Porém, não se pode ignorar, como um dos elementos mais importantes nesta revolução, a sua abertura e disponibilidade para a transformação. Para além das críticas admissíveis, interessa a possibilidade de uma transformação constante, de uma invenção contínua que brota no próprio espaço. Como observa Evren Kocabiçak, “Para nós não existe tal situação como antes e depois da revolução, pois o que compreendemos por revolução é a inovação, a mudança, a transformação. Algo que está sempre acontecendo

enquanto navegamos por momentos de liberdade” (p. 70).

Apesar da romantização de alguns autores e editores do livro ao identificarem Rojava como uma das únicas expressões atuais de articulação entre teoria e prática anarquista, a publicação do livro em si é também uma ação direta e uma forma de luta, não somente porque o dinheiro arrecadado com a venda de exemplares do livro é doado para a Academia Mesopotâmica no território de Rojava, como declaram os editores, mas porque esta publicação abre caminhos e conversas que possibilitam a transformação de cada

um, e abrem também uma outra leitura possível (e impossível) entre combatentes daqui e de lá.

Se esta revolução é de fato uma revolução anarquista, neste momento é o menos importante. A revolução de Rojava abre caminhos, não se fixa em uma verdade universal permanente, e mostra que as diferenças podem coexistir quando não há a intervenção de um Estado. Talvez não seja possível afirmar se é uma revolução anarquista ou não, mas em tempos em que o Estado habita tão confortavelmente a existência de cada um, é preciso saudar uma revolução contra o Estado.